rais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. LAPLANTINE, François, TRINDADE, Liana. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LÓPEZ, María Emília. "A emancipação dos bebês leitores." In: Caderno Emília nº 1. 10 de maio de 2018. Tradução Cícero Oliveira. In:http://revistaemilia.com.br/cadernoemilia-no-1/ Acesso em: 10/11/2018.

LUÍS DA CÂMARA. Contos tradicionais do Brasil. 12ª ed. São Paulo: Global, 2003.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura.19a Ed, São Paulo. Editora Brasiliense, 1994.

SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.).

Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004. TERRA, Ernani. Leitura do texto literário. São Paulo: Contexto, 2014.

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens Universidade do Estado da Bahia – UNEB Departamento de Ciências Humanas – DCH I NÚMERO ESPECIAL ISSN:

2176-5782

SOUSA Ângela. Literatura Infanto-Juvenil e Relações Étnico-Raciais no Ensino

Fundamental Disponível em: http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU%C3%82ngela%2 0Souza%20e%20Patricia%20Sodr%C3%A9.pdf. Acesso em: 12 Jan. 2022.

# A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR

ROBERTA GOMES DA SILVA

**RESUMO:**

A intenção deste artigo é o de refletir sobre o surgimento da História como disciplina escolar, e os diversos padrões que nortearam e norteiam o ensino da disciplina em sua materialização em sala de aula. Procura-se o entendimento dos paradigmas da História enquanto área do conhecimento humano e disciplina escolar, desde a concepção grega, passando pelas perspectivas positivista, marxista e da Escola dos Annales. Procura-se estabelecer a relação entre a História enquanto disciplina escolar e a produção científica em diversas temporalidades. Procura-se mostrar o caráter dinâmico e contínuo da construção histórica, bem como a importância da trindade: educar, ensinar e formar na docência da disciplina.

**Palavras Chave:** História, Disciplina Escolar, Conhecimento Científico, Ensino de História.

**ABSTRACT**:

The intention of this article is to reflect on the emergence of History as a school subject, and the different patterns that guided and guide the teaching of the subject in its materialization in the classroom. It seeks to understand the paradigms of History as an area of human knowledge and school discipline, from the Greek conception, through the positivist,

Marxist and Annales School perspectives. It seeks to establish the relationship between History as a school subject and scientific production in different temporalities. It seeks to show the dynamic and continuous character of the historical construction, as well as the importance of the trinity: to educate, teach and train in the teaching of the discipline.

**Keywords:** History, School Discipline, Scientific Knowledge, History Teaching.

## 1 – INTRODUÇÃO

As disciplinas escolares são construções históricas que se relacionam diretamente com o contexto e a organização da produção científica. As disciplinas escolares em seus diversos objetivos constitutivos respondem, ou correspondem às perspectivas e aos padrões da produção científica em determinada temporalidade histórica.

As disciplinas escolares são construções históricas que se relacionam diretamente com o contexto e a organização da produção científica. As disciplinas escolares em seus diversos âmagos constitutivos respondem, ou correspondem às perspectivas e aos padrões da produção científica em determinada temporalidade histórica.

A História enquanto área de conhecimento e disciplina escolar possui uma grande responsabilidade na efetivação desses objetivos, sobretudo no desenvolvimento do espírito crítico e autônomo. A real materialização da trindade :educar, ensinar e formar no que concerne ao ensino de História diz respeito construção do educando enquanto sujeito histórico dentro da sala de aula.

"O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e pessoais, verdadeiro construtor da História." (BEZERRA, 2010, p. 45).

Apenas este sujeito histórico ético, capaz de estabelecer as conexões entre presente e passado pode de fato vivenciar uma experiência cidadã. É na sala de aula que a História como disciplina se materializa a partir da reflexão acerca dos diversos discursos políticos, econômicos, sociais e culturais.

É na sala de aula que conceitos são historicizados, no momento que são entendidos em suas especificidades e temporalidades históricas. Os discursos, os conceitos, as ações tornam-se representações sociais das mais diversas e variadas matizes culturais, rompendo com o sofisma de uma história totalizante, mas sim pluralizada e multiplicada no que tange à dinâmica do próprio fazer humano em sua coletividade.

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Compreenderr e refletir a História como área de conhecimento e disciplina escolar om seus objetivos  e sua autonomia proporcionando aos alunos as condições necessárias de ser e estar no mundo de forma autônoma, participativa, reflexiva e crítica no contexto em que vivem.

### 1.2  OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar no Planejamento Anual e na prática pedagógica que esteja prevista no Projeto Político Pedagógico – PPP da Instituição Educacional em que

contemple a história;

- Levar informação e reflexão no espaço escolar com a possibilidade de construção de senso crítico, sensibilidade para que ser promova a educação de cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade em constante transformação;

- Estimular o reconhecimento da relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e equânime na busca de da consolidação da democracia brasileira.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Em pleno século XXI ainda temos o dever de combater toda exploração sofrida e perpetuada durante séculos de escravidão e que sirvam de meios para neutralizar o conjunto de subordinação e exploração do sexo como forma de dominar a pessoa não a vendo em sua subjetividade.

Portanto, a formação da sociedade brasileira está permeada de corpos negros escravizados e marcados pela predominância da vida da fazenda, no campo e pelo latifúndio como uma forma de organização familiar se constituindo em uma nobreza rural e doméstica.

A autonomia dos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido pelo Art. 26A da Lei 9394/1996, permite que se valham da colaboração das comunidades. Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. A criança/adolescente é cidadã, tem por direito ainda que pequena e vulnerável, ela toma decisões, interage com o meio e com o outro, mostra seus gestos em um olhar, palavras a forma como compreende o mundo.

## 1.4 PROBLEMA

Atualmente que os professores juntamente com os alunos trabalham por meio de temas geradores que devem contemplar o estudo da história e cultura afrobrasileira que promovam debates, reflexões e ações que visam a promoção da igualdade e da presença da africanidade em nossa história, em nossa cultura e que não pode ser ignorada.

Atualmente pode-se dizer que o negro tem oportunidades que seus pais não tiveram, fato que não significa que essas sejam iguais às dos brancos. No mercado de trabalho, a perspectiva de crescimento de um negro é menor do que a de um branco. Outro fator que devemos levar em consideração são os dados que demonstram que os negros estão mais expostos à violência.

Perpetuar o preconceito, a segregação e a negação de uma cultura que precisa ir além da própria Lei e se tornar objeto de estudo, análise, reflexão e conhecimento para os nossos alunos de forma que os ranços do passado, preconceitos e discriminações sejam superados e deem lugar ao estudo de uma história da cultura afrobrasileira que nos constitui enquanto nação é dever de uma Escola que está em constante processo de transformação e

que pressupõe o resgate de todas as formas de promoção de vida, cultura e perpetuação da história, sobretudo, a história negada pela História Oficial.

### 1.5 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico em que que apresentaremos como aporte teórico o pensamento e os resultados de pesquisas de autores consagrados que refletem sobre a temática, ressaltando que a importância da História como Ciência e como disciplina Escolar.

A presente pesquisa partir dos aportes teóricos os estudos de Freyre (2004), Munanga (2009), Ribeiro (1995), Pfeffer (2013), Ramos (2017), Nogueira (1955), Rodrigues (1933, 1935) que abordaram a temática objeto de nossa análise em discussão no presente artigo.

Nesta pesquisa foram analisados alguns artigos, documentários, obras e outros trabalhos científicos que discutem e apresentam reflexões, sugestões que podem contribuir para uma maior compreensão acerca da importância da História como ciência  no processo de ensino-aprendizagem abordada na presente pesquisa.

## 2 – A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA E COMO DISCIPLINA ESCOLAR

A noção da História enquanto área do conhecimento humano nasce na Grécia Antiga. Para os antigos gregos o homem enquanto indivíduo é mortal, ou seja, finito neste mundo, mas pode se eternizar a partir de feitos relevantes, dignos de serem registrados e transmitidos às gerações futuras.

É importante se ater à ideia que essa desejada imortalidade humana não se dá em termos individuais. Dentro do ideal grego de História o importante não é o homem em si, mas o que ele faz de extraordinário. O conceito de fato histórico está diretamente ligado ao feito grandioso, àquilo que pode ser eternizado. Exemplo claro disso é a ideia grega de pólis.

De certa maneira o ideal grego de conhecimento histórico de eternização dos grandes fatos e feitos da humanidade, guiou a criação da História enquanto disciplina escolar. A História entra na escola para que se preserve a memória dos grandes heróis nacionais, dos grandes eventos. A perspectiva grega de História na modernidade será apropriada pelos Estados Nacionais no fomento do patriotismo e do nacionalismo.

A história ganha uma conotação política, pois é através dela que se reproduz o ideal nacional e patriótico. O fato histórico, as datas comemorativas são eternizadas e transmitidas às novas gerações como herança cultural. Essa herança cultural é apropriada pelas elites nacionais e a História enquanto disciplina se torna uma importante ferramenta para a manutenção do poder por parte dessas mesmas elites. Os que detém o poder, ou os que o exercem através do Estado, tenderão a criar representações da sociedade, nas quais os privilégios, as hierarquias, as divisões entre os que mandam e os que devem obedecer surgiram como fatos naturais. (POMER, 2001, p. 11).

Entretanto, a História enquanto disciplina se norteará também pelos

modelos científicos validadores de produção de conhecimento. Dessa forma a concepção de História enquanto área do conhecimento e disciplina escolar sofrerá transformações perceptíveis no seu cerne constitutivo, e de forma gradativa a História eminentemente política baseado na importância do evento, dos grandes feitos nacionais perderá espaço para uma História que buscará compreender as ações do homem no cotidiano e as produções culturais pertinentes ao fazer humano.

As experiências sociais cotidianas tornam-se objetos de estudo da História. Procurará evidenciar-se as perspectivas do pensamento Durante o século XIX a História procurou afirmar-se como uma ciência nova, com parâmetros metodológicos claros e bem estabelecidos. Nessa tentativa de consolidar-se como padrão da ciência até então vigente, a historiografia utilizou-se de uma metodologia semelhante à já efetuada pelas ciências naturais. Criou-se então um questionamento acerca da objetividade em termos históricos.

Os historiadores da dita "Escola Metódica ou Positivista" afirmavam-se capazes de tecer considerações sobre determinado objeto ou fato histórico de maneira meramente objetiva, ou seja, dentro dessa perspectiva o objeto falava por si mesmo. Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva.

O historiador para eles narra fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram. (REIS, 2004, p.18). Dentro dessa representação considerava-se a História uma ciência linear, fundamentada na observação passiva do passado, cabendo ao historiador apenas o relato de fatos e eventos ocorridos, em uma postura de distanciamento em relação ao objeto investigado.

O estatuto da história enquanto ciência se pautava no positivismo de Ranke, no qual o historiador deveria se concentrar nos eventos, se distanciando de qualquer especulação filosófica ou metafísica, se atendo irrestritamente as fontes documentais, pois através dela se chegaria à verdade histórica. Permeia essa concepção de História uma ideia de evolução moral, de progresso calcada no desenvolvimento técnico e industrial. Dentro dessa perspectiva, "[...] a história existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos." (REIS, 2004, p. 17).

Dessa maneira, ainda no século XIX, a história se estrutura enquanto disciplina escolar, do resgate do passado, de fatos narráveis, explicitando um viés político.

"O passado desvinculado do presente era a área do historiador." (REIS, 2004, p. 18).

A História enquanto disciplina escolar possuía como objetivo a narrativa do passado que era expressa na preservação da memória política e Leopold von Ranke (1795-1886), historiador alemão do século XIX, um dos pioneiros na Alemanha e da Europa de uma análise dita "científica" da História, pautada na observação distanciada das fontes e documentos históricos, que segundo os partidários desse modelo seriam capazes da reconstrução confiável do fato histórico cultural.

O aluno é levado a observar o ca-

ráter externo do objeto, uma vez que os fatos são postados como eventos exteriores, especialmente na ideia de relembrar os grandes feitos do passado, daquilo que forma o do Estado enquanto Nação. O professor de História se torna um educador cívico, cujo principal objetivo pedagógico é levar o aluno a enxergar o passado como lugar ou local da evolução humana.

É o fato histórico exemplar, único, irredutível à comparação, estabelecido pelos documentos, que cativa o aluno e o situa na evolução da nação, dando-lhe a noção de uma mudança progressiva [...]. (REIS, 2004, p. 31).

A partir dessa perspectiva da História enquanto disciplina enfatiza-se na sala de a aula a separação entre passado e presente. A História torna-se a disciplina do resgate do passado não problematizado, não discutido, mas dado como evento ocorrido e apenas contemplativo.

A História enquanto conhecimento na sala de aula mediante um viés positivista é embalsamada e sacralizada através dos grandes feitos, dos grandes eventos e dos grandes homens. Faz-se importante ressaltar que esse modelo de história servia aos confrontos políticos, no qual a construção de uma desejada identidade nacional pelo Estado era urgente. Faz-se uma "história comemorativa", que legitima os rituais cívicos.

Nesses rituais, realizados nas datas (dia e mês) que coincidem com as do evento passado, quando os grandes heróis produzem os seus grandes feitos, procura-se a coincidência do "atual com o eterno", em um presente intenso. (REIS, 2004, p. 32).

A disciplina escolar História se tornou elemento primaz da produção e reprodução da identidade nacional, busca no passado a eternização no presente do evento considerado extraordinário. O conceito de fato histórico está diretamente ligado ao feito grandioso.

Aquilo que pode e deve se tornar imortal, um legado preservado para as próximas gerações. Tal perspectiva de história parece "[..,] fugir do presente vivido em todas as direções: para um passado mítico, para um passado "objetivo", para um futuro livre, para um presente divinizado." (REIS, 2004, p. 32).

Ainda durante o século XIX, o pensamento de Marx é visto como premissa de se elaborar uma ciência histórica, estruturalista, e evolucionista, mas diferente em sua epistemologia da Escola Metódica. A História é concebida enquanto um desenvolvimento evolutivo de organizações sociais subsequentes, os modos de produção, que se fundam nas estruturas materiais da organização social, que por sua vez são condicionantes das estruturas políticas e ideológicas de uma sociedade.

As condições que levariam a ruína do modelo social são inerentes a ele, eis a ideia marxiana de dialética. A história enquanto ciência cabia investigar as contradições inerentes a cada modo de produção ou formação social. O objeto da históriaciência: uma formação social concreta, que é uma estrutura contraditória, uma totalidade em luta consigo mesmo, tendendo à desintegração A história-ciência trata da luta de classe no quadro do desenvolvimento das forças produtivas. (REIS, 2004, p. 53).

Os antagonismos e contradições que desintegrariam um modo de produção são criados no cerne, ou seja, na estrutura deste próprio modo de produção. Desse modo não são necessárias influências externas para a destruição de um sistema ou formação social.

As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção inerentes a este sistema se encarregariam disso. Segundo o materialismo marxista são as condições materiais que definem e orientam a vida humana. Uma mudança na estrutura dessas condições materiais de vida acarreta mudanças na ideologia e nos conceitos que permeiam essa sociedade, ou seja, uma mudança de caráter infraestrutural causaria mudanças na superestrutura.

Marx e Engels trabalham com a ideia de que a ideologia que orienta uma sociedade é a da classe dominante e mudanças de caráter revolucionário em sua estrutura levariam a ruína desta mesma ideologia.

O marxismo, enquanto ciência da história, tomará como objeto as estruturas econômicas – sociais, invisíveis abstratas, gerais, mas "chão" concreto da luta de classes e das iniciativas individuais e coletivas. (REIS, 2004, p. 54).

Dentro de uma perspectiva marxista a sociedade capitalista, liberal e industrial, que se consolidou no século XVIII se alicerça na expropriação do proletariado pela burguesia. As contradições e antagonismo que se fundam no âmago da formação social capitalista se fazem cada vez mais patentes à medida que as relações sociais principalmente de caráter produtivo se tornam complexas. Dentro dessa perspectiva científica-marxista de análise histórica capital e trabalho.

Referente ao pensamento de Karl Marx em sua essência epistemológica estão em constante oposição. O motor da história para Marx é a luta de classe. Em termos capitalistas a dimensão da luta de classes na cidade moderna, dá-se entre burguês e proletário, patrão e empregado. "Na mesma medida em que a burguesia - isto é o capital - se desenvolve, também o proletariado se desenvolve." (MARX & ENGELS, 2000, p. 19).

É o desenvolvimento da identidade, da consciência classista forjada na própria luta de classes, que oferece ao proletariado as condições materiais e ideológicas para a suplantação modo de produção capitalista, em prol do estabelecimento do modo de produção socialista. Dentro de uma perspectiva marxista e evolucionista de análise histórica o modo de produção socialista seria uma etapa da evolução histórica onde o proletariado, ou seja, a classe trabalhadora, mediante a revolução, seria conduzida ao papel de classe dominante.

Para isso fazia-se necessário "[...] a formação do proletariado em uma classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado." (MARX & ENGELS, 2000, p. 30). No socialismo os meios de produção ficariam sob a tutela do Estado. Com o poder em suas mãos, o proletariado deveria tomar uma série de medidas com o intuito de socializar os meios de produção e acabar com a alienação do indivíduo enquanto sujeito e com o desinteresse no processo produtivo.

Dentre essas medidas estão, a abolição da propriedade privada burguesa enquanto meio de opressão e exploração, centralização dos meios de transporte e comunicação sob o controle estatal, responsabilidades iguais no processo produtivo, abolição gradual na distinção entre campo e cidade através de uma distribuição demográfica mais igualitária, educação gratuita para todos, fim do trabalho infantil. No decorrer desse processo o poder político perderá sua conotação política, como instância de poder onde uma classe explora e oprime a outra.

Quando o proletariado, no seu papel de classe hegemônica consegue superar as velhas relações de produção, sua posição como classe dominante perde o sentido, pois ele conseguiu abolir as relações de antagonismo entre classes. Chegaríamos então, segundo o pensamento marxiano no Modo de Produção Capitalista, uma formação econômica e social onde os meios de produção e a propriedade ganham um caráter social e coletivo, o Estado é extinto e onde o bem estar individual é pressuposto básico para o bem estar coletivo. O ensino da história calcado no marxismo, prima as análises estruturais da dinâmica evolutiva dos modos de produção.

O marxismo é uma teoria que se estabelece no século XIX num momento em que as ciências se fundamentavam em padrões evolucionistas e progressistas no que concerne à sua epistemologia. Assim, a educação seria uma prática social determinada pelas condições estruturais de uma determinada sociedade, procurando sempre investigar as contradições existentes no cerne de uma formação econômicosocial.

A história marxista traça um caminho evolucionista e um tornar-se histórico, ou seja, uma fase a ser alcançada, por meio da luta de classes. Bom, apesar do aspecto da análise social marxista ser pertinente em seu cerne estruturalista, percebese um desenvolvimento analítico condicionado em demasia pelo econômico.

Outra observação relevante ao pertencer que o torna-se histórico já está estruturalmente traçado, o que de fato não releva a pluralidade da ação humana no que tange ao fazer histórico, que nunca pode ser tratado de uma maneira axiomática, mas sim como um projeto vivo e em constante mutação, pautado pela diversidade das ações e da criticidade humanas.

O século XX representou uma mudança na epistemologia da história enquanto ciência e posteriormente enquanto disciplina escolar. Ao procurar considerar o método cientificista e mecanicista das Ciências Naturais, a História se debateu com a questão da “auto-incompreensão”.

Além disso, o nascimento da moderna ideia de História não apenas coincidiu como foi poderosamente estimulado pela dúvida da época moderna acerca da realidade de um mundo exterior dado “objetivamente” à percepção humana como um objeto imutado e imutável. (ARENDT, 2011, p.83).

A “auto-incompreensão” advinha justamente da utilização de padrões que já superadas pelas próprias ciências naturais, acerca da própria objetividade. Isso pode ser comprovado mediante ao fato de que as Ciências Naturais na atualidade

já relevavam a questão da subjetividade.

Ao escolher um determinado objeto de estudo, não se pode desconsiderar o aspecto subjetivo dessa escolha. Sendo assim, a subjetividade estava intimamente ligada à produção do conhecimento histórico. A subjetividade é algo inerente ao fazer humano, pois está presente desde a escolha do objeto até as considerações tecidas acerca do mesmo.

A realidade humana é equívoca e inesgotável. O fato histórico é construído a partir do vivido; é uma objetividade pensada não dada. O objeto positivista em si dilui-se e se torna uma construção do sujeito . (REIS, 2004, p. 44).

A História até então, estava buscando seus parâmetros de análise, numa concepção mecanicista de ciência, onde se acreditava na observação purista, em que o historiador seria um mero contemplador dos fatos, não podendo tecer considerações subjetivas sobre ele.

O fato, o evento histórico se tornara entes objetivos, que pode ser observado de forma neutra e impassível. “Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos.” (CARR, 1987, p.13).

Ao analisar em termos epistemológicos a concepção de História a partir do século XX evidencia-se mudanças patentes no que tange ao conhecimento histórico. A Escola Metódica, dita positivista, que valorizava o documento estático, na qual o papel do historiador assemelha-se a de um mero cronista dos fatos passa a ser amplamente questionada.

Em contraposição surge uma nova concepção de história que procurava valorizar a interdisciplinaridade, a pluralidade no que se refere a fontes e documentação e principalmente as relações político-sociais dos indivíduos, nas suas complexidades, nuances e sobretudo na produção de mentalidades, ou seja a história passa a ser considerada uma cênica social. Sobretudo a partir do advento da chamada Escola dos Annales a investigação histórica adquire maior importância, perpassando o fato histórico em si.

O feito, o evento, o fato histórico perde sua importância como algo individual e isolado. Na concepção contemporânea de História percebe-se que o evento em si perde relevância. “O historiador é necessariamente um selecionador.” (CARR, 1987, p.15). O importante passa a ser o caráter processual e contextual da historiografia. O tempo é infinito e a dinâmica do processo histórico é feita dentro dele, dentro dessa infinitude.

O importante se torna o contexto, o desenrolar dos fatos, ou seja, o processo histórico. Nota- se claramente o caráter dinâmico e contínuo da construção histórica enquanto processo. O conhecimento histórico se torna hermenêutico, ou seja, é interpretativo, as fontes e os documentos históricos são reconstruídos pelo olhar analítico. Pode-se dizer que trata-se de uma renovação da investigação e da análise histórica que tem início coma publicação da revista Anais de História Econômica e Social, em outubro de 1929 pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Fevbre.

Os Annales buscavam a afirmação da História enquanto ciência social mediante um estudo interdisciplinar, plural

que se perpassa uma historiografia tradicional e política. historiador, não como uma verdade absoluta, mas sim como uma leitura epistemologicamente responsável, na qual as interações humanas no que concerne à economia, a política, a cultura nas diversas temporalidades se tornam matéria prima fundante para a investigação e a produção científica histórica.

Dessa forma, torna-se patente que uma visão científica de História que se baseia na ação humana ao longo do tempo, conferindo ao homem o protagonismo enquanto sujeito que direciona e atua constantemente no fazer histórico. Tal ideia de história pretendeu uma produção cognitiva na qual sujeito e objeto se relacionam de forma intrínseca, diferindo em termos epistemológicos da objetividade passiva do positivismo.

A História deixa de ser uma mera narrativa do passado, para se tornar uma ciência social, cujas bases de analise se encontram no presente, no questionamento seletivo do passado, enquanto local da produção cultural humana. “O historiador vai e vem do presente ao passado, realiza dois movimentos contrários e complementares: do presente à origem, da origem ao presente.” (REIS, 2004, p.45).

A produção cognitiva histórica em seu âmago é constituída de um alto teor de reciprocidade, no qual o sujeito atua no objeto, e o objeto age sobre o sujeito de maneira reflexiva. A Escola dos Annales procurou estabelecer um novo paradigma para a História enquanto ciência social, não calcada nos parâmetros metodológicos que norteavam o conhecimento histórico até então, sobretudo no que tange sobretudo, a dinâmica do tempo.

Os historiadores dos Annales rompem com o tempo evolutivo linear, trabalhando uma perspectiva dialógica entre o tempo sincrônico e o tempo diacrônico, ou seja, introduz a noção de processo na história, que a História enquanto ciência é composta por permanências e rupturas e não mediante uma evolução linear. Os processos históricos são tangenciados pelo fazer humano que não se constitui como uma linearidade evolutiva, mas sim como um fazer plural, norteado por questões econômicas, sociais, políticas culturais.

Os historiadores dos Annales rompem com o tradicionalismo estruturalista até então vigente na construção do conhecimento histórico em prol de uma concepção epistemológica na qual “a mudança não é vivida como progresso, como uma evolução regular ou continuidade, mas como uma nova função, aspecto de um processo de estruturação e reestruturação.” (REIS, 2004, p.69).

A História deixa de ser uma narrativa meramente política, para ser a ciência da investigação das memórias coletivas, das 47 mentalidades produzidas no curso das relações sociais, fruto de continuidades e descontinuidades, na superação epistemológica do evento histórico.

O conhecimento histórico se torna interdisciplinar através diálogo com diversas ciências sociais como a antropologia, a sociologia, a psicologia a economia entre outras. A História se fragmenta então em diversas Histórias, em diversas interpretações hermenêuticas, os fatos históricos podem ser reconstruídos sobre vários prismas, sobre vários olhares epistemológicos próximo das fontes e dos documen-

tos históricos.

A História ganha uma conotação cultural e social enquanto disciplina, sendo que a partir desse novo olhar acerca do conhecimento histórico, o termo cultura passa a ser utilizado para referenciar a produção humana, no tocante as mentalidades, patentes ou latentes em cada civilização. O próprio termo civilização perde sua conotação evolutiva, de caminho para o progresso, e ganha um caráter mais dinâmico no tocante as múltiplas relações do homem com o meio que está inserido espacialmente, pois "[...] para a história social, a civilização possui um tempo mais longo, que ultrapassa a de uma realidade social dada." (REIS, 2004, p.87).

Esta perspectiva de História fundante no diálogo com as ciências sociais procura ademais a valorização do sujeito histórico, das produções materiais e imateriais humanas, do homem enquanto produtor de cultura, não se precipitando em uma subjetividade exagerada, mas sim denotando relevância ao meio em que este mesmo sujeito está inserido. Sujeito e objeto convivem em uma relação intrínseca constante, em um relacionamento dialético e dialógico.

Dessa maneira a história enquanto disciplina escolar ganha uma dimensão social, no tocante ao entendimento do homem em sua humanidade construída através do tempo, pois "[...] o conhecimento histórico tem uma legitimidade intelectual: interessa ao homo sapiens, que quer se conhecer e se reconhecer, e quer conhecer por conhecer o que o rodeia e a ele mesmo." (REIS, 2004, p.109).

A história enquanto disciplina se afasta do conhecimento do passado estático, da ideia de progresso civilizacional, para organizar o passado em função do presente. São questões e problematizações levantadas a partir de demandas e problematizações acerca do presente, é que conduzem e orientam a leitura e a interpretação do passado, que não pode ser resgatado em sua totalidade, mas sim em seleções, em fragmentos que são contados e recontados pelo historiador.

Educa-se para o fomento do indivíduo autônomo capaz de pensar e refletir por si mesmo, de traçar seus próprios esquematismos. A História enquanto disciplina escolar possui uma grande responsabilidade na efetivação desses objetivos, sobretudo no desenvolvimento do espírito crítico e autônomo. A real materialização da tríade educar, ensinar e formar no que concerne ao ensino de História diz respeito construção do educando enquanto sujeito histórico dentro da sala de aula. "O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e pessoais, é o verdadeiro construtor da História." (BEZERRA, 2010, p.45).

Apenas este sujeito histórico ético, capaz de estabelecer as conexões entre presente e passado pode de fato vivenciar uma experiência cidadã. No entendimento da tríade pedagógica em sua materialização da História como disciplina pode-se dimensionar a educação como o entendimento que o homem é um ser social, portanto inserido em uma coletividade composta por várias diversidades no que concerne as formas de organização, pensamento e formatação das várias identidades sociais.

Educa-se o sujeito histórico para o entendimento democrático da alteridade, da percepção de si mesmo e do outro. Essa percepção se alicerça no convívio social, no entendimento dos processos de identificações e diferenciações pertinentes à própria dinâmica histórica.

Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como um ser social, alguém que vive, numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos. (PINSKY;PINSKY, 2010, p. 28).

Faz-se necessário se perceber como membro de uma comunidade historicamente forjada e construída, por meio de processos sincrônicos e diacrônicos de identificação e não identificação. Uma comunidade não é um extrato social homogêneo, ou seja, não está livre de conflitos. (BURKE, 2011).

Educar neste sentido corresponde a entender a socialização como um processo histórico, de encontros e desencontros, congruências e incongruências. A dimensão do ensino na disciplina História se dá no reconhecimento e na transmissão da tradição cultural representada pelo passado. Ora, faz-se importante salientar que o passado não é neutro e nem pode ser reconstruído em sua totalidade, mas sim selecionado epistemologicamente a partir de um olhar alicerçado no presente. Tal premissa é fundante na preservação do patrimônio histórico e cultural da humanidade, busca-se na preservação da memória o arcabouço essencial para a construção das identidades individuais ou coletivas.

Consideramos que a escola e, em particular o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. É ela, em última instância, o local privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural. Ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, a escola está cumprindo seu papel social. (ORIÁ, 1998, p.130).

O ensino da história objetiva a interlocução entre passado e presente, numa relação dialética, de preservação e transmissão da memória coletiva. “A memória é, pois, imprescindível na medida que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha.” (ORIÁ, 1998, p. 139).

Cabe ao ensino de história resgatar as múltiplas facetas do passado, na problematização histórica, conferindo voz ao negligenciados pela história “oficiosa”, demonstrando a multiplicidade do saber histórico no que tange a produção de diversas mentalidades, diversos olhares, nos vários locais de memória.

Sem um conhecimento sólido do passado, voltado para a ação e para a participação democrática, somos levados à ignorância e à omissão que permitem total liberdade aos detentores do poder. (JANOTTI, 1998, p. 52).

A formação quando se observa a História em seu contexto de disciplina escolar, reside na criticidade, no desenvolvimento da reflexão acerca das diversas dinâmicas dos diversos eventos históricos.

O conhecimento histórico fomenta o homem esclarecido, emancipado, capaz de se situar enquanto sujeito e agente histórico.

A história-problema, a crítica social quando bem construída na sala de aula, leva o educando para além da mera contemplação, potencializando a formação do cidadão pleno. A História enquanto disciplina permite ao aluno identificar as possibilidades de intervenção na realidade em que ele vive. (SCHIMIDT & CAINELLI, 2004).

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que os interlocutores constroem significados e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual tornase inseparável o significado entre a relação entre teoria e prática, entre o ensino e a pesquisa. (SCHIMIDT & CAINELLI, 2004, p. 31).

É na sala de aula que se enxerga a História na sua pluralidade, nas suas diversas facetas políticas, econômicas, culturais e sociais. O estímulo da percepção histórica a partir dos olhares epistemologicamente construídos e das vivências e experiências democráticas de educadores e educandos, torna a sala de aula um local de experiências dinâmicas e interativas e de lida com o conhecimento.

## 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História como disciplina escolar precisa ser o lugar de produção de cidadão, do indivíduo pleno, capaz de pensar por si mesmo. É na sala de aula que a formação acontece, onde o aluno deixa de ser um ente meramente contemplativo, e passa a compreender a importância da reflexão acerca da realidade histórica. Que realidade seria essa? Não se pode gerar a realidade como algo restrito, simples, linear e contemplativo.

A realidade é construída mediante experiências subjetivas e coletivas, através da ação humana no tempo. A prática pedagógica em uma aula de História deve ser sempre formativa, sempre democrática, pois somente dessa maneira forma-se o cidadão pleno e emancipado.

Apenas um cidadão pleno, capaz de refletir sobre a sociedade em que está inserido e poder compreender e vivenciar a efetiva democracia. A proposição fundamental de educação precisa ser a formação de cidadãos esclarecidos, prontos para atuar em uma sociedade democrática. Não se nasce cidadão, torna-se cidadão. Um ensino de História potencialmente democrático deve proporcionar ao sujeito privilégios para que ele se torne mentor e agente do seu próprio projeto

É urgente a necessidade de um ensino de História, cada vez mais, voltado para a diversidade e que incentive a inclusão das diversidades inerentes à realidade brasileira, não somente no âmbito da cultura afrobrasileira, mas que contemple a diversidade presente na Escola como as questões de gênero, ideologia e religião.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Sobre a Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BEZERRA, Holien G. Estudo de História: Conteúdos e Conceitos Básicos. In: